

As políticas públicas na intersecção entre estado e mercados: vias para a construção do desenvolvimento rural

Public policies at the intersection of the state and markets: pathways towards the construction of rural development

Políticas públicas en la intersección del estado y los mercados: caminos hacia la construcción del desarrollo rural



Maiara Tavares Sodré

Universidade Estadual do Centro-Oeste – Irati – Paraná – Brasil

[INSERIR EMAIL](#)



Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente – São Paulo – Brasil

[INSERIR EMAIL](#)

Resumo: O objetivo do artigo consiste em demonstrar que existem margens viáveis para a construção de projetos de desenvolvimento rural que se valham de pequenas lacunas na configuração do sistema econômico vigente. Defende-se a ideia de que as políticas podem atuar como instrumentos de apropriação democrática do Estado e dos mercados, favorecendo a reprodução social da agricultura familiar, segmento central na perspectiva de desenvolvimento adotada. A metodologia empregada se embasa em reflexão teórica e na realização de entrevistas com agricultores, extensionistas e gestores públicos do município de Pelotas/RS. Com base na análise do recorte empírico da pesquisa e também de outros contextos espaciais, o artigo discute exemplos do aproveitamento de instituições públicas e dos mercados

que conduziram a avanços ou mitigaram problemas enfrentados por segmentos historicamente preteridos, caso da agricultura familiar no Brasil. Isso demonstra o potencial dos contextos locais de atuarem como protagonistas no enfrentamento de lógicas desiguais estruturalmente impostas. O artigo conclui que não é preciso romper com o sistema econômico para depois buscar a construção de alternativas de futuro, a multiplicidade de possibilidades abertas nos lugares pode ser o ponto inicial da construção de novos projetos de futuro.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Sistema Econômico. Políticas públicas. Agricultura familiar.

Abstract: This paper aims to demonstrate the existence of viable margins for the construction of rural development projects that take advantage of the small gaps in the configuration of the current economic system. The paper supports the idea that policies can serve as instruments for democratic appropriation of the State and markets, favoring the social reproduction of family farming, a central segment from the perspective of development herein adopted. The methodology employed relied on theoretical reflection and interviews with farmers, extension workers and public managers in the municipality of Pelotas-RS, Brazil. From the analyses of the empirical setting of this work and other spatial contexts, the paper discusses examples where the use of public institutions and markets led to advances or mitigated problems faced by historically deprecated segments, such as family farming in Brazil. This demonstrates the potential of local contexts to act as protagonists in coping with a structurally imposed unequal logic. The study concludes that there is no need to break with the economic system to then pursue the construction of future alternatives, and the multiple open possibilities in places may be a starting point for the construction of new projects towards the future.

Keywords: Rural development. Economic System. Public policy. Family farming.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo demostrar que existen márgenes viables para la construcción de proyectos de desarrollo rural que aprovechen pequeñas brechas en la configuración del sistema económico actual. Se defiende la idea de que las políticas pueden servir como instrumentos de apropiación democrática del Estado y los mercados, favoreciendo la reproducción social de la agricultura familiar, segmento central desde la perspectiva de desarrollo aquí adoptada. La metodología empleada se basó en la reflexión teórica y entrevistas con agricultores, extensionistas y administradores públicos en el municipio de

agricultores, extensionistas y administradores públicos en el municipio de Pelotas-RS, Brasil. Con base en el análisis del escenario empírico y de otros contextos espaciales, el artículo discute ejemplos en los que el aprovechamiento de instituciones públicas y mercados condujo a avances o mitigó problemas enfrentados por segmentos históricamente menospreciados, como la agricultura familiar en Brasil. Esto demuestra el potencial de los contextos locales para actuar como protagonistas en el enfrentamiento de lógicas desiguales impuestas estructuralmente. El artículo concluye que no es necesario romper con el sistema económico para luego buscar la construcción de alternativas de futuro, y que la multiplicidad de posibilidades abiertas en los lugares puede ser el punto de partida para la construcción de nuevos proyectos de futuro.

Palabras clave: Desarrollo rural. Sistema económico. Políticas públicas. Agricultura familiar.

Introdução

Este artigo explora o contexto do município de Pelotas/RS, ao mesmo tempo em que estabelece paralelos com outras realidades e contextos contemporâneos, de modo a expor a viabilidade de uma lógica de desenvolvimento rural que concilie unidade e diversidade. As próprias relações e comparações estabelecidas atuam na sustentação da ideia de que é possível construir um desenvolvimento autônomo que não seja fechado sobre si mesmo. E que, de modo inverso, mostre-se aberto a aprender com seus próprios erros e também com base na inspiração – sempre adaptada – em outros contextos espaciais.

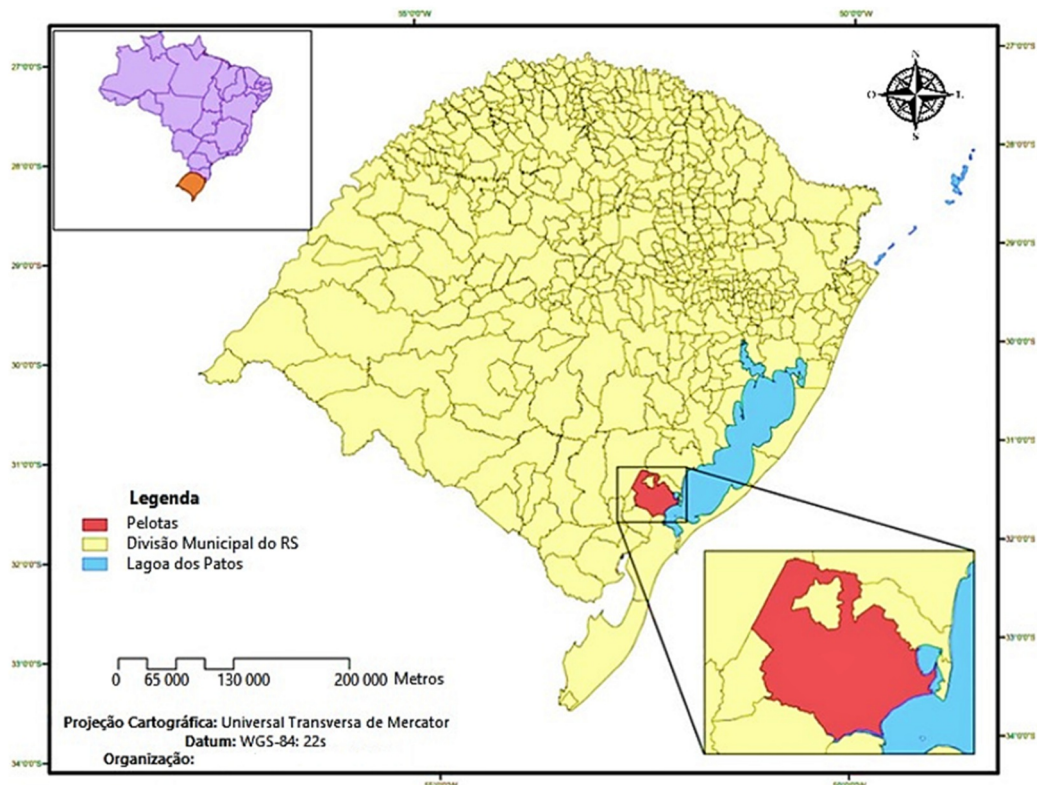
Em vista disso, com base em reflexão bibliográfica e na realização de entrevistas, o objetivo do presente artigo consiste em demonstrar a existência de margens viáveis para a construção de projetos de desenvolvimento que se apropriem democraticamente de algumas das pequenas brechas dispostas na lógica econômica vigente. Nesse sentido, o aproveitamento do Estado e dos mercados é indispensável para o enfrentamento imediato das questões mais prementes. Entretanto, também pode se constituir em uma via para a projeção de cenários futuros mais ambiciosos em termos de equidade social, de valorização da diversidade cultural e de expansão da perspectiva democrática. O desenvolvimento tem se mostrado condicionado a discursos hegemônicos (PEET, 2007), mas é no terreno dos lugares que esses discursos se concretizam (MASSEY, 2008) e é também nos lugares que novas alternativas podem surgir.

A delimitação espacial da pesquisa

O município de Pelotas se encontra no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul (Figura 1). De forma genérica, a realidade de Pelotas esboça um microcosmo do contexto nacional, no qual extensas áreas improdutivas coexistem com propriedades familiares rurais de dimensões tão circunscritas que, por vezes, constroem as possibilidades de reprodução social da família. Os estabelecimentos patronais do município representam somente 9,4% do total de estabelecimentos agropecuários, mas ocupam uma área que corresponde a 57,56% do total das terras cultiváveis (IBGE, 2017). Uma questão que, segundo os agricultores entrevistados, repercute no processo de sucessão familiar, já que

muitos jovens possuem interesse em dar continuidade ao trabalho agrícola da família, mas são impedidos pela impossibilidade de que a divisão da propriedade familiar resulte em áreas suficientes para que todos os filhos garantam sua reprodução social com base na agricultura.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Pelotas no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil



Fonte: adaptado de IBGE (2010).

Em linhas gerais, a agricultura familiar de Pelotas ocupa o noroeste do município, área caracterizada por um relevo acidentado e pela presença de mata nativa de caráter arbóreo, hoje expressivamente desmatada. A produção familiar de alimentos em Pelotas se origina, de forma mais organizada, na segunda metade do século XIX, principalmente a partir da imigração de alemães, pomeranos, italianos e franceses (SILVA, 2017). Organizada com base na policultura combinada com a pecuária leiteira, a agricultura familiar de Pelotas produz tanto para o autoconsumo quanto para o mercado.

A especialização na fruticultura, em especial no cultivo de pêssego, é uma das principais tradições produtivas do município, embora nos últimos anos venha perdendo seu peso relativo em área plantada e valor da produção para cultivos como a soja e o tabaco (PELOTAS, 2017). Essa transformação pode ser parcialmente explicada pelos baixos preços pagos pelas agroindústrias aos produtores de frutas e pelas dificuldades impostas pelos contratos celebrados com países do Mercosul, que permitiram a entrada no mercado local dos mesmos produtos tradicionalmente produzidos pela agricultura familiar, porém a preços bem menores.

Metodologia

Para a operacionalização integral da pesquisa, da qual este artigo se constitui numa parte, o balizamento metodológico do trabalho se pautou por uma reflexão teórica e pela realização de entrevistas com os seguintes grupos: agricultores familiares; gestores públicos – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR), Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul do Estado (COREDE-Sul), Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDER) –; e extensionistas – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), Unidade de Cooperativismo da EMATER/RS (UCP), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas (STR) e Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA).

Todas as trinta entrevistas realizadas foram gravadas, transcritas e analisadas com base na aplicação de procedimentos de análise de conteúdo. Esta se caracteriza por um conjunto de processos de desagregação do texto explorado (a transcrição integral das entrevistas, no caso), de modo a facilitar a compreensão da visão dos entrevistados sobre diferentes categorias de análise (um determinado aspecto ou dimensão do desenvolvimento rural). Às categorias foram aplicados índices de codificação, mecanismos analíticos que buscam demonstrar, por meio de representações gráficas (KRIPPENDORFF, 2004; MILES; HUBERMAN, 1994), como se organiza e estrutura a compreensão dos diferentes grupos consultados sobre o desenvolvimento rural de Pelotas.

Para a pesquisa mais ampla da qual este trabalho deriva foram definidas 15 categorias de análise e 17 subcategorias. No entanto, considerando-se a concisão que a produção de um artigo científico demanda, opta-se pela apresentação de somente uma categoria (horizonte construído sobre o desenvolvimento), como instrumento de exemplificação da argumentação desenvolvida. Nada obstante, a reflexão sobre todo o conjunto de categorias analisadas funcionou como substrato para a configuração geral das ideias desenvolvidas no texto que segue.

O alcance do desenvolvimento rural: limites e potenciais dos contextos locais

Projetos locais de desenvolvimento não podem romper com a lógica macroeconômica, mas, apesar da necessidade de enfrentamento de muitos limitantes, argumenta-se que o local pode agir na construção de alternativas. Estas, quando encadeadas, produzem resultados que permitem a contraposição a dinâmicas mais amplas, abrindo, assim, vias para a mudança concreta nos espaços rurais. Como se pretende demonstrar, não se trata de celebrar a situação do rural de Pelotas, como visto, marcada por diversos problemas, como a concentração fundiária, as dificuldades na sucessão familiar e a exploração dos agricultores por parte de agroindústrias processadoras de frutas, entre outras questões. Sem negligenciar esses fatores, a proposta apresentada lança foco sobre alguns resultados e, principalmente, sobre as muitas possibilidades para fazer da convergência de esforços uma via para o desenvolvimento rural.

Propõe-se entender o desenvolvimento rural em uma perspectiva endógena, que reitera uma concepção ampla de rural e considera as características do lugar como fundamentais, permitindo que as relações entabuladas entre os seres humanos e o meio se tornem também um fator balizador do desenvolvimento (SAQUET, 2019). Nesse sentido, destaca-se a importância das dinâmicas relacionais encetadas entre sociedade e natureza, pois nas localidades rurais essas relações constituem o fundamento das relações sociais entre indivíduos com diferentes matrizes culturais. Mais do que isso, a relação sociedade/natureza produz condutas produtivas, reveladoras de regramentos sociais e territoriais característicos de cada comunidade. Desse modo,

toma-se como base um sistema territorial, o qual se propõe como uma escala a ser privilegiada pelas políticas públicas (CUNHA, 2008).

Conforme Dansero, Giaccaria e Governa (2009), o desenvolvimento endógeno preconiza uma concepção *bottom-up* de desenvolvimento, de acordo com Ellis e Biggs (2001), uma contraproposta aos projetos *top-down*, já que defende que a população defina, em um processo participativo e negociado, suas próprias prioridades. Além disso, o desenvolvimento endógeno parte do caráter medular do território, como uma dimensão espacial provida de identidade para os grupos que o integram e também capaz de propiciar operacionalidade aos projetos a serem construídos. Por fim, essa proposta de desenvolvimento envolve a construção de políticas públicas de escopo multidimensional, atentas aos aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais.

Trata-se de um desenvolvimento territorialmente construído, emancipatório e autêntico, mas resistente à contraposição entre endógeno e exógeno (ALVES; GUIVANT, 2010; RADOMSKY, 2009). Um desenvolvimento capaz de reconhecer e adotar, de forma adaptada, estratégias exitosas em outros contextos, valorizando o local e preservando os conhecimentos oriundos dessa esfera, sem torná-los refratários à possibilidade de aprender com outras experiências externas. O desenvolvimento endógeno tem raízes territorializadas, mas não é ensimesmado, rejeita as predefinições impositivas.

Sob tal viés, a agricultura familiar desempenha um papel central para o desenvolvimento rural, pois se constitui, conforme Wanderley (2009), em um segmento integrado e capaz de responder às exigências do mercado. Uma vez que, a despeito do fato de ter sido historicamente reprimida, a agricultura familiar sempre representou parcela significativa da produção agrícola brasileira, além de ser uma potencial protagonista diante das crescentes preocupações globais com a questão ambiental (MATTEI, 2014).

As possibilidades da agricultura familiar no que respeita à conservação da dinâmica dos agroecossistemas locais e à sua visível importância para o abastecimento interno a credenciam para receber o voto de confiança já concedido à grande propriedade rural (WANDERLEY, 2009). Mais uma vez: não por seu histórico de negligência pública e expropriação, e sim por sua importância para a produção de alimentos, seu potencial de contribuição para a dimensão ambiental do desenvolvimento,

contribuição para a dimensão ambiental do desenvolvimento, além de seu papel na manutenção da ocupação produtiva no campo.

Nesse sentido, entende-se que projetos de desenvolvimento rural que tomem a agricultura familiar como segmento privilegiado podem encontrar um terreno frutífero e uma maior gama de possibilidades de ação se reconhecerem as potencialidades do aproveitamento das interfaces entre Estado e mercados. Nesse sentido, concorda-se com Demo (2005) e Reis (2011) sobre a importância de evitar-se uma demonização dos mercados e uma santificação do Estado – e também uma execração de ambos, como sugerido por Sachs (2010). Em um reconhecimento de que o Estado e os mercados são fenômenos histórico-estruturais presentes em todas as sociedades já identificadas. O problema não reside no Estado ou nos mercados, mas nas assimetrias de poder que permitem maior margem de ação e influência sobre ambos a determinados grupos, enquanto excluem outros.

Absolutizar e generalizar configurações circunscritas espacial e temporalmente (como aquelas preconizadas pelo neoliberalismo) é, conforme demonstrou Massey (2008) ao tratar da globalização, contribuir para uma visão de desenvolvimento como via única. Assim como não se pode abdicar do poder, e sim lutar por ele (PEET, 2007), também não se pode renunciar ao Estado e aos mercados, como adverte Demo (2005):

Não imaginamos uma sociedade que dispense Estado e mercado, mas uma sociedade que os sabe controlar a ponto de servirem às causas das maiorias, não de minorias cada vez mais ínfimas. Para tanto, assistências são importantes, porque correspondem ao direito sagrado de sobrevivência, mas nem de longe cobrem todo o espectro da política social que precisa, para além delas, atingir a inserção no mercado e qualidade da cidadania popular. Estado não é santo, nem mercado é maldito, necessariamente. Podem ser instrumentos decisivos da cidadania, se esta os regular, não o contrário (DEMO, 2005, p. 472-473).

A democracia abre essa possibilidade, o conjunto da população pode influir de forma democrática sobre a atuação da classe política, cidadanizando o Estado (ACOSTA, 2008), contanto que exista certo grau de discernimento crítico, o qual pode ser despertado por processos formativos que levem ao

questionamento da realidade. A promulgação da Ley 70 na Colômbia, em 1993, e a inserção da noção de *buen vivir* na Constituição do Equador, em 2008, sinalizam para o caráter praticável dessa via, quando inserem nos documentos base do regramento legal colombiano e equatoriano a perspectiva de construção de um sistema sociopolítico dinâmico e sustentável, voltado para o fomento à economia solidária e às soberanias culturais. Trata-se de uma proposição no sentido de uma cidadania da coexistência, de respeito à diversidade social e também à própria natureza, ambas cingidas pelo princípio essencial da solidariedade (ACOSTA, 2008; ESCOBAR, 2015; ESTEVA, 2009; WALSH, 2010).

Assim se lança o germe de formas de organização social que propiciem o exercício da cidadania coletiva e, por conseguinte, o controle democrático dos mercados e do Estado (DEMO, 2002b). Disso decorre a importância de projetos territorializados de desenvolvimento, os quais não poderão, por suas dimensões e alcance, romper com as geometrias de poder desiguais na lógica de apropriação do Estado e das vantagens de mercado. Entretanto, além de alcançar a transformação de realidades particulares, prepararão para o exercício da cidadania coletiva, pois levarão à formação de projetos próprios, individuais e coletivos, de enfrentamento dos problemas sociais (DEMO, 2003).

Políticas públicas, Estado e mercados: possibilidades para a agricultura familiar

Durante as entrevistas realizadas, a ideia de que o desenvolvimento rural consiste em um processo comparável a uma engrenagem, em que diferentes componentes trabalham de forma colaborativa, mostrou-se recorrente entre os agricultores consultados. Essa perspectiva converge para a valorização do tecido social que existe no espaço rural e para a compreensão evocada pelo conceito de reciprocidade¹. Sabourin (2009a, 2009b, 2012) e Saquet (2019) concordam com tal apreensão, entendendo que a reciprocidade consiste em uma lógica ainda muito presente entre as famílias de agricultores. O primeiro autor sugere o aproveitamento da reciprocidade com vistas à dinamização dos espaços rurais, através da sua combinação com a troca mercantil, dentro da lógica de mercado. Essa relação combinada entre

intercâmbio comercial e reciprocidade poderia ser mediada pela ação do Estado, por meio de políticas públicas que conciliassem as duas lógicas.

Não se trata de propor a domesticação do mercado para que sirva à cidadania ou de evocar alguma visão idealizada de um Estado protetor. Como realça Demo (2002), no último caso isso seria apenas retórica, diante do atual momento da economia globalizada. Já no segundo, seria uma proposição sem nenhum indício de viabilidade contemporânea (REIS, 2011). Ainda que o próprio Demo (2002) reconheça que “O que existe nunca será parâmetro do que poderá existir” (DEMO, 2002, p. 164). A questão não é propor qualquer utopismo edificante, e sim apontar a necessidade de atentar à existência de fraturas nas lógicas globais para, a partir delas, construir vias de mudança. “Estado e mercado somente se alinham ao bem comum, se assim os obrigarmos. E isto depende do horizonte político acima de tudo, não do mercado e do Estado” (DEMO, 2005, p. 472).

Mais do que uma proposição, essa possibilidade já se constitui em um fato concreto e observável nas políticas públicas voltadas para os mercados institucionais², nas quais a lógica de mercado é combinada com a reciprocidade, por meio da criação de uma esfera de proteção à inserção dos agricultores no mercado. Além do estímulo à cooperação entre as organizações da agricultura familiar – através da priorização do segmento nas chamadas públicas, no caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) –, o que integra um elemento de promoção da equidade social na lógica de mercado, ou de um tratamento desigual aos desiguais, como propõe Sachs (2008). Políticas públicas com tal enfoque podem ainda atuar como processos formativos para que as organizações da agricultura familiar possam dirigir sua produção tanto para o mercado capitalista (supermercados e restaurantes), quanto para os canais-curtos de comercialização (venda direta, feiras e mercados locais).

Como as entrevistas realizadas permitiram verificar, esse potencial formativo dos programas se concretizou no município de Pelotas. Desde 2014, o Restaurante Escola (RE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) realiza compras da agricultura familiar local por meio do PAA. Em 2018, no entanto, a terceirização do RE fez com que as compras da agricultura familiar sofressem grande contração, levando as cooperativas fornecedoras a uma significativa redução de faturamento. Como é natural, a constância

constância nas compras do RE criou uma expectativa de continuidade, o que acabou por estabelecer certa relação de dependência, porém não levou ao esmorecimento, estimulando as cooperativas a se empenharem na busca por novos mercados (entrevista, coordenador da UCP, maio 2019).

Não obstante, a existência do programa (juntamente com o PNAE) incentivou processos variados de diversificação produtiva, processamento da produção e adequação a normativas oficiais para a comercialização de produtos de forma legalmente regularizada (entrevistas, secretário de desenvolvimento rural, setembro 2018; coordenador da UCP, maio 2019). Processos que dotaram as cooperativas de mais ferramentas e maior preparo para a busca por uma ampliação de sua inserção nos mercados convencionais. Os mercados institucionais, de forma geral, apresentam essa virtualidade formativa passível de concretização, desde que estimulada no processo de operacionalização desses programas.

O PAA e o PNAE, no âmbito do governo federal, e a experiência do Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), do governo do estado de São Paulo, consistem em manifestações visíveis da possibilidade de atuação cooperativa entre Estado e mercados através das políticas públicas. Tais programas são também exemplos do potencial das políticas públicas de transformar o comportamento social, e não apenas de serem limitadas por este. Como relata Mattei (2014), com relação à atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no sentido de estimular a construção de uma tessitura social cooperativa entre os agricultores atendidos, através da criação de associações e cooperativas. Ou como identificado por Sodré (2016), no que diz respeito ao PAA e PNAE e seu potencial de atuar em favor da reversão de um quadro cultural profundamente restritivo ao cooperativismo no município de Pelotas/RS. Um exemplo de que, como sinalizado pelos agricultores entrevistados, pequenos incentivos públicos podem fomentar um ambiente de organização colaborativa.

Sodré (2016) demonstra que as limitações nas estruturas de armazenamento das escolas públicas de Pelotas, somadas à necessidade de superação dos problemas de sazonalidade da agricultura, levaram ao desenvolvimento de estratégias de processamento da produção. A transformação agroindustrial da produção possibilitou o fornecimento durante todo o ano de determinados produtos (molho de tomate e sucos, por exemplo)

às escolas e instituições públicas. Com isso, ampliou-se o espectro de produtos fornecidos, houve aumento do montante comercializável e diversificação da base produtiva no espaço rural do município.

A capacidade dos programas voltados para os mercados institucionais de estimular o processamento agroindustrial conflui para o discernimento dos gestores e extensionistas consultados, bem como para a compreensão de Favareto (2010b) acerca da necessidade de políticas públicas que não se restrinjam à distribuição ou geração de renda nos espaços rurais. Para os gestores e extensionistas entrevistados é preciso mais do que isso, a diversificação e dinamização das economias rurais deve ser um elemento central na construção de projetos de desenvolvimento rural. Não apenas no sentido de abertura a diferentes vias de promoção, mas também para não externalizar para as cidades a renda incorporada ou gerada no campo, perpetuando uma dicotomia produtiva entre urbano e rural, algo ainda presente entre os agricultores entrevistados. Uma lógica que, em parte, reflete a histórica associação entre desenvolvimento rural e combate à pobreza (FAVARETO, 2010a).

Sabourin (2009b) exemplifica como esse processo se manifesta nos espaços rurais:

Cada vez mais [...] os instrumentos de políticas públicas são concebidos de forma segmentada, acarretando uma disjunção entre políticas sociais e políticas produtivas [...]. Essas abordagens (aposentadorias rurais, bolsa família, ajuda alimentar etc.) restringem amplamente a questão econômica ao simples princípio do acesso das populações rurais (os chamados *rural poors*, os 'rurais pobres') ao mercado de troca capitalista; assim fazendo, mantêm sua dependência dos supermercados e das empresas agroalimentares. O Programa Fome Zero, em sua fase inicial fornecia um auxílio alimentar de cinquenta reais por mês para as famílias mais desprovidas. Porém o fez por meio da distribuição de um cartão magnético que só podia ser utilizado nos supermercados conectados à rede bancária, favorecendo a compra de bens importados ou produzidos pelo agronegócio em vez de estimular a compra da produção familiar e agroalimentar regional e local (SABORIN, 2009b, p. 150).

Acerca de tudo isso, algumas ressalvas se fazem necessárias. Primeiro, que não se pretende tratar as políticas sociais de

distribuição de renda como inócuas ou dispensáveis. Como o próprio Sabourin (2009a) reconhece, essas políticas são fundamentais e representam nas sociedades contemporâneas as mais importantes formas de reciprocidade generalizada. A questão é apenas apontar a necessidade de que tais instrumentos sejam acompanhados de outras políticas, mais dirigidas para uma ampliação das possibilidades de reprodução socioeconômica nos espaços rurais. O que pode ocorrer de forma indireta, através da concretização do potencial do PAA e do PNAE, mas também – e principalmente – por meio de programas especificamente comprometidos com essa orientação.

Segundo, a afirmação do potencial de estímulo ao processamento agroindustrial pelos programas voltados para os mercados institucionais não implica na intenção de enxergar na precariedade infraestrutural das escolas públicas brasileiras um motor para o desenvolvimento rural. As limitações do sistema educacional público nos seus mais variados âmbitos constituem um problema que carece de enfrentamento ágil e objetivo, e não pode ser dissimulado através da sua atribuição a outras esferas. Não se trata disso, mas da tentativa de explicitar aquela capacidade já referida: encontrar pequenas alternativas nos interstícios do sistema. A lógica de precarização dos serviços públicos, como a educação, pode ser combatida através do 'aproveitamento' das suas próprias iniquidades, quando se oferece uma alimentação com maior valor nutricional e diversidade aos alunos das escolas públicas. Abrindo espaço, também, para uma discussão sobre a educação alimentar, como assinalam Sacco dos Anjos e Becker (2014) e os próprios gestores e extensionistas consultados.

Outros exemplos da combinação entre reciprocidade e intercâmbio capitalista de forma mediada ou incentivada pelas políticas públicas podem ser encontrados em programas desenvolvidos no Nordeste do Brasil. Tratam-se das redes de bancos de sementes, dos programas de gestão compartilhada de cisternas, dos manejos coletivos de pastagens comuns e dos grupos de agricultores experimentadores (SABOURIN, 2009a, 2018a). Exemplos de que a formação de uma rede de intercooperação e solidariedade entre as famílias de agricultores pode não só estimular a preservação da reciprocidade inerente à agricultura familiar, como também fortalecer a inserção desse segmento no mercado capitalista. Mitigando, assim, as assimetrias que marcam a lógica de mercado, através da criação de redes intercolaborativas de amparo à agricultura familiar.

A menção a iniciativas e experiências de diferentes contextos espaciais (Colômbia Equador, São Paulo, Nordeste do Brasil) ajuda a especificar a perspectiva defendida, a de que o desenvolvimento se constrói desde o local e, por isso mesmo, deve observar com atenção ações e projetos exitosos em outros recortes espaciais. Tal desenvolvimento sabe que, repensadas à luz das demandas, necessidades e condições da população local, experiências externas podem se tornar alternativas possíveis. O desenvolvimento precisa ser aberto, sua essência local não se perde ao optar por aprender na relação com o exterior e na observação das relações no exterior.

De modo geral, Sabourin (2009b) defende a construção de propostas de desenvolvimento que não excluam a possibilidade de utilização do Estado e do mercado capitalista para viabilizar projetos de transformação dos espaços rurais. Ao mesmo tempo, o autor reconhece que, em seus projetos iniciais, o desenvolvimento promoveu processos claramente distantes de qualquer perspectiva de equidade social. Da mesma forma, admite-se que, nem mesmo nas suas configurações alternativas atuais, o desenvolvimento pode ser tomado como uma panaceia para a transformação dos espaços rurais. O que se propõe é a construção de um desenvolvimento rural autônomo, mas aberto às múltiplas possibilidades presentes. Segundo Ploeg (2010), um processo que resulta “em um rico repertório com a heterogeneidade de muitas respostas, tornando-se uma das forças propulsoras que induzem novos processos de aprendizado” (PLOEG, 2010, p. 16, tradução nossa).

Todavia, se, diante de todo o exposto, a lógica macroeconômica do sistema capitalista ainda for utilizada como escusa para uma paralisia ascética e as políticas públicas tratadas como expedientes pontuais e insignificantes, cabe um destaque especial às últimas palavras de Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012):

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são os melhores exemplos da construção ativa de novos mercados aninhados – mostrando como a cooperação orientada por objetivos entre movimentos rurais, agricultores e aparatos estatais pode produzir sinergia considerável [...]. Para reduzir os custos de transação, o PAA compra apenas alimentos de associações de agricultores. Em 2009, o PAA tinha um orçamento de US\$ 340 milhões. Em 2010, isso foi dobrado. Comparado ao comércio

total de produtos agrícolas e alimentares, isso pode (novamente) parecer uma pequena contribuição. No entanto, *o PNAE criou um mercado aninhado que sustenta a alimentação escolar (um elemento essencial na luta contra a fome), ao mesmo tempo em que constrói uma saída de mercado para mais de 300.000 agricultores pobres e de pequena escala. Às vezes, são os detalhes que são importantes* (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012, p. 147, grifo nosso, tradução nossa).

Não existem panaceias ou soluções idílicas. Entretanto, também não existe qualquer alternativa concreta que advenha do criticismo incapaz de focar considerações propositivas. Pensar a multiplicidade do desenvolvimento rural implica admitir as amplas limitações presentes nas políticas públicas e também nas instituições e organizações que as demandam, constroem, implementam ou nelas interferem. Isso não significa que o desenvolvimento rural deva ser abandonado ou rejeitado como infundado e não operacional.

De modo inverso, é importante que se invista em aparar as arestas dos programas em curso (ou em retomar aqueles que foram desestruturados no perturbador cenário político recente), em reorientar as definições normativas falhas e em repensar projetos múltiplos de desenvolvimento rural. A articulação em nível nacional e a crítica contumaz à estrutura assimétrica da lógica macroeconômica são necessárias, mas improdutivas se desconectas das dinâmicas locais. O desenvolvimento rural que se pretenda efetivo precisa ser capaz de percorrer caminhos múltiplos, de adotar estratégias diversificadas e de buscar oportunidades de mudança no sistema vigente a partir do seu *interior*.

Os horizontes de emancipação do desenvolvimento rural

É também nesse sentido que aponta a leitura da categoria “horizonte construído” sobre o desenvolvimento, através do índice mapa cognitivo (MILES; HUBERMAN, 1994), na figura 2. Com tal categoria, objetiva-se delinear, a partir de projeções temporais, como os agricultores familiares enxergam o desenvolvimento

rural ao olhar para o passado, o presente e o futuro. Assim, esboça-se um mapa cognitivo com extensão temporal, que manifesta uma percepção claramente negativa sobre as perspectivas de desenvolvimento no espaço rural de Pelotas. No entanto, também são descortinadas vias de mudanças, capazes de surgir da articulação das forças locais.

A figura 2 se estrutura em quatro quadrantes, todos preenchidos por frases literais pronunciadas pelos agricultores entrevistados. No quadrante esquerdo, os agricultores expressam sua visão sobre a dinâmica do espaço rural de Pelotas no passado; no superior, fazem uma análise do cenário contemporâneo; e no direito, delineiam como percebem o desenvolvimento no futuro do rural de Pelotas. O quadrante inferior quebra a sequência temporal até então desenhada, e traz as considerações dos entrevistados sobre como esse quadro temporal tridimensional projetado poderia ser revertido em Pelotas. As três temporalidades retratadas na figura foram dimensionadas com base em construções espontâneas dos agricultores que, durante as entrevistas, recorrentemente fizeram uso de sentenças que enfatizavam um passado de desenvolvimento e progresso hoje perdido, e um futuro sentenciado ao marasmo.

Figura 2 – Horizonte dos agricultores entrevistados sobre o desenvolvimento rural de Pelotas/RS



Elaboração: autora.

Fonte: Entrevistas (2018 e 2019).

A visão que os agricultores nutrem do passado não é completamente idealizada. A agricultura familiar de Pelotas, de fato, viveu um processo de dinamismo produtivo entre os anos 1940 e 1980, com uma especialização na fruticultura associada ao surgimento de diversas agroindústrias familiares (GRANDO, 1989). A expansão destas, juntamente com significativos incentivos estatais e avanços na pesquisa agropecuária em persicultura promovidos pela EMBRAPA, levaram a um processo de concentração produtiva no segmento, o que acabou por desestabilizar as pequenas agroindústrias locais. A abertura econômica e os contratos celebrados com alguns países do Mercosul, nos anos 1990, facilitaram a entrada no país de frutas e, em especial, de pêssigo importado da Grécia, ampliando a concorrência e reduzindo ainda mais os preços pagos aos produtores, de modo a evidenciar a superexploração de sua mão de obra. Um processo que levou à retração da produção local (GARCIA; SANTOS, 2005; PEÑAFIEL, 2006; SALAMONI, 2000).

Embora os agricultores entrevistados levem pouco em consideração os avanços de ordem material hoje presentes no campo – eletrificação rural, transporte coletivo, infraestrutura das residências e sistema de saneamento básico (EMATER, 2018; PELOTAS, 2017), é preciso reconhecer, como lembra Vetromilla (2013), que os entrevistados não exageram ao apontar a perda de hábitos culturais, como o preparo artesanal de doces, ou a solidariedade comunitária. De fato, os agricultores guardam a memória de um tempo em que a agricultura familiar de Pelotas possuía maior coesão interna e representava um segmento com maior importância econômica para o município e o estado.

Além de uma trajetória temporal tridimensional, a figura 2, na sua porção inferior, atém-se agora a como a linha do tempo traçada pode ser quebrada ou revertida. E é justamente nessa última porção da figura que o ceticismo, a descrença e o desânimo se esvaem e os agricultores reconhecem o seu próprio potencial e o valor de um trabalho coletivo. Os entrevistados entendem que a união interna do segmento da agricultura familiar, somada a uma maior articulação entre as administrações governamentais e as instituições envolvidas com o desenvolvimento rural, poderia ser decisiva para uma transformação da realidade do rural de Pelotas. *“Eu acho que o desenvolvimento rural é um conjunto, um todo, tanto o governo, a*

governo, a EMATER, quanto os sindicatos rurais também. Acho que uma união de todos faria toda a diferença” (entrevista, agricultor sem políticas públicas, maio 2019).

Os agricultores compreendem que isolados não possuem grande poder de ação, mas vislumbram uma possibilidade de mudança a ser alavancada pela convergência dos esforços coletivos, isto é, por um conjunto coordenado de pessoas trabalhando em favor do desenvolvimento rural. Apesar da dificuldade de trânsito entre as compreensões assumidas e as práticas cotidianas, os entrevistados têm clareza de seu potencial de ação e do horizonte de emancipação, que se delineia no contexto do espaço rural de Pelotas, como defende Saquet (2019):

Acreditamos, assim, que é no nível das «comunidades» e dos lugares que se «delimitam» os «horizontes» das «possibilidades de emancipação», a partir das solidariedades, vizinhanças, histórias e vivências (Ceceña, 2017). As pessoas têm talento e criatividade, distintas culturas, identidades e diferenças, podendo potencializá-las por meio da relação entre saber popular e conhecimento acadêmico, cooperando para melhorar o nível de vida das pessoas (SAQUET, 2019, p. 13).

Peet (2007) propõe um olhar para o potencial do desenvolvimento em vez de para sua prática. O que este artigo propôs foi um pouco mais ambicioso. O desenvolvimento não pode ser abandonado, por seu potencial e também por muitas de suas práticas, nem sempre condenadas de antemão a sustentar um sistema desigual. A ideia do desenvolvimento é um ideal humanitário (uma vida melhor para todos) que não pode ser perdido. Ao longo dos anos, muitos projetos se valeram dessa ideia para pôr em prática processos que perpetraram – e perpetram – assimetrias e desigualdades. Porém, é preciso lembrar que a realidade de hoje não é uma sentença imutável. O caso de Pelotas mostrou isso e os exemplos de outros contextos espaciais, no Brasil e no exterior, também. Muitos projetos e processos têm resultado em avanços significativos. É essa a perspectiva de desenvolvimento defendida: a abertura para o reconhecimento de caminhos, de vias para a construção da mudança.

Considerações finais

A apropriação democrática do Estado e dos mercados – e também de diferentes dispositivos institucionais – por meio das políticas públicas é uma possibilidade concreta de favorecer a reprodução social da agricultura familiar. Mercados e Estado não são naturalmente perversos, como em outros casos, sua perversidade não é intrínseca, mas o resultado de seu controle desigual. Se o contexto nacional contemporâneo se mostra explicitamente refratário a qualquer movimento no sentido de uma apropriação democrática das instituições públicas e dos mercados, mais razões então existem para que sejam visibilizadas trajetórias diferentes daquelas que são apresentadas como as únicas possíveis.

A adaptabilidade historicamente verificável no segmento familiar da agricultura é uma demonstração da determinação e resistência que emana dos espaços rurais brasileiros. É a partir da agricultura familiar que se torna possível pensar a articulação entre Estado e mercados como uma via para a garantia das dimensões social (ocupação produtiva no campo); cultural (manutenção da heterogeneidade cultural que caracteriza a agricultura familiar); ambiental (compatibilização do segmento com a preservação da dinâmica dos ecossistemas locais); e econômica (garantia da ampla oferta de alimentos a preços acessíveis, com possibilidade de expansão do consumo interno) do desenvolvimento rural.

As políticas públicas podem ser uma das vias para esse desenvolvimento, assim como também podem apresentar resultados importantes sem antes, necessariamente, romperem com o modelo do sistema econômico capitalista. Entre outros motivos apresentados, porque – subtraindo-se a via revolucionária – não há como romper com o sistema sem *agir* objetivamente para torná-lo menos injusto a partir das condições por ele postas. Fazer isso conforme *as regras do jogo* não é rendição ou manifestação de pacto com um modelo geometricamente desigual, mas, sim, discernimento para trilhar caminhos múltiplos onde o maniqueísmo enxerga apenas duas rotas.

Agradecimentos

i Este trabalho é uma produção resultante de pesquisa de doutorado financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no período entre 01/04/2018 e 30/11/2020. No entanto, as opiniões, hipóteses e conclusões expressas neste artigo são de responsabilidade das autoras e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Notas

1. “Reciprocidade é sinônimo de solidariedade (dependência mútua, fato de ser solidário) ou de mutualidade” (SABOURIN, 2009a, p. 55, grifos do autor).
2. O termo mercado institucional diz respeito às compras estatais realizadas por instâncias governamentais para o abastecimento de órgãos e estabelecimentos públicos ou para a realização de doações a entidades assistenciais. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), juntamente com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), compreendem os dois principais representantes dos mercados institucionais para a agricultura familiar no Brasil. O primeiro, criado em 2003, possibilita a compra pública de produtos da agricultura familiar que são, na sequência, encaminhados para grupos socialmente vulneráveis e instituições assistenciais ou para o abastecimento de instituições públicas (compra institucional). O segundo se converteu em um importante mercado institucional no ano de 2009, quando uma disposição legal estabeleceu a obrigatoriedade de que, pelo menos, 30% dos valores repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) às instituições de ensino brasileiras, para o oferecimento da alimentação escolar, sejam utilizados na aquisição de produtos da agricultura familiar (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Referências

ACOSTA, A. El Buen Vivir, una oportunidad por construir. **Revista Ecuador Debate**, Quito, n. 75, p. 33-48, dic. 2008.

ALVES, A. F.; GUIVANT, J. S. O que há além do endógeno e exógeno nas pesquisas sobre o desenvolvimento rural? In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. dos (org.). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 89-106.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER-RS/ASCAR). **Resultados das ações de ATERS: gestão 2015 a 2018/Emater**. Porto Alegre: EMATER-RS-ASCAR, 2018.

CUNHA, L. A. G. Desenvolvimento territorial: algumas reflexões teórico-conceituais derivadas de estudo monográfico. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 47-61.

DANSERO, E.; GIACCARIA, P.; GOVERNA, F. O desenvolvimento local: contextos nacionais em confronto. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 249-269.

DEMO, P. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003. 389p.

DEMO, P. Santo Estado, maldito mercado: de certas esquerdas que são direitas. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 451-476, maio/ago. 2005.

DEMO, P. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez, 2002. 287p.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Envolving Themes in Rural Development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, Oxford, v. 19, i. 4, p. 437-448, 2001.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". **Desenvolvimento e Meio ambiente**, Curitiba, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.

ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W. (ed.). *The Development*

ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W. (ed.). **The Development Dictionary: a guide to knowledge as power**. 2nd. ed. London: Zed Books, 2010. p. 1-23.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010a.

FAVARETO, A. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva: uma década de experimentações. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 47-63, jan./abril; maio/ago. 2010b.

GARCIA, D. C.; SANTOS, L. A. dos. Análise-diagnóstico da agricultura de Pelotas. In: SILVA NETO, B.; BASSO D. (org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p. 241-249.

GRANDO, M. Z. **Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1989. 209p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>. Acesso em: 24 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 24 nov. 2019.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. 2nd. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2004. 411p.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 71-79, 2014.

expanded sourcebook. 2nd. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994. 338p.

PEET, R. Imaginários do desenvolvimento. *In*: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 19-37.

PELOTAS. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural**: Pelotas/RS, 2017-2020. Pelotas: Prefeitura Municipal, 2017b.

PEÑAFIEL, A. P. P. **Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PLOEG, J. D. V. der. The peasantries of the twenty-first century: the commoditization debate revisited. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 37, n. 1, p. 1-29, 2010.

PLOEG, J. D. V. der; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 39, n. 1, p. 133-173, Mar. 2012.

RADOMSKY, G. W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. *In*: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 107-136.

REIS, J. Estado e mercado: uma perspectiva institucionalista e relacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 95, p. 11-34, dez. 2011.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009a. 336p.

SABOURIN, E. Construcción social de circuitos curtos y de mercado justo: articulación entre intercambio y reciprocidad. **Revista THEOMAI**, Buenos Aires, n. 38, p. 150-167, 2. sem. 2018a.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. *In*: SCHNEIDER, S. (org.). A diversidade da agricultura

humanos. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b. p. 219-243.

SABOURIN, E. Reciprocidade e análise de políticas públicas rurais no Brasil. **Ruris**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 53-90, set. 2012.

SACCO DOS ANJOS, F.; BECKER, C. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 92-101, 2014.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 151p.

SACHS, W. **Introduction**. In: SACHS, W. (ed.). *The Development Dictionary: a guide to knowledge as power*. 2nd. ed. London: Zed Books, 2010a. p. xv-xx.

SALAMONI, G. **Produção familiar**: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

SAQUET, M. A. O conhecimento popular na praxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas. **Geotema**, Roma, Suplemento 2019, p. 5-16, 2019.

SILVA, F. O. da. Alemães. In: LONER, B. A.; GILL, L. A.; MAGALHÃES, M. O. (org.). **Dicionário de História de Pelotas**. 3. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2017. p. 10-13.

SODRÉ, M. T. **Políticas públicas para o sistema agrário familiar e as interfaces com o desenvolvimento territorial rural**: um estudo sobre as repercussões do PAA e PNAE no município de Pelotas/RS. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

VETROMILLA, E. M. M. Estação Experimental Cascata: 75 anos de

VETROMILLA, E. M. M. **Estação Experimental Cascata: 75 anos de pesquisa.** Brasília: Embrapa, 2013. 147p.

WALSH, C. Development as Buen Vivir: institutional arrangements and (de)colonial entanglements. **Development**, v. 53, n. 1, p. 15-21, 2010.

WANDERLEY, M. de N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social na construção do futuro. *In*: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-45.

Recebido para publicação em 9 de setembro de 2022

Aceito para publicação em 19 de novembro de 2022

Publicado em 22 de dezembro de 2022